



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639992 - SP (2021/0012452-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDUARDO CIACCIA RODRIGUES CALDAS - SP349334
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ HENRIQUE VALERIO DE OLIVEIRA (PRESO)
OUTRO NOME : LUCAS HENRIQUE VALERIO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS HENRIQUE VALÉRIO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (AGrEX n. 005904-25.2020.8.26.0026).

O paciente encontra-se cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado. Teve imputada contra si falta de natureza média, incurso no art. 45 do Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo (Consideram-se faltas disciplinares de natureza média: (...) VIII- praticar autolesão ou greve de fome isolada como atos de rebeldia;), haja vista apuração que apontou ter confeccionado tatuagem.

Argumenta o impetrante que o acórdão exarado no Agravo em Execução, confirmando a decisão de aplicação da falta, é teratológico, na medida em que o art. 45 do Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais tem como elemento do tipo se autolesionar com intenção de rebelar-se, o que não ocorre no caso. Ademais, autolesionar teria o sentido infligir a si mesmo um ferimento, e na presente hipótese, a tatuagem teria sido feita na pele do reeducando, por outrem.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liminar, a fim de que seja suspenso o acórdão que confirmou a homologação da falta média.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Intime-se o impetrante para retificar o nome do paciente, eis que consta na inicial LUIZ HENRIQUE VALERIO DE OLIVEIRA enquanto o processo parece se referir a LUCAS HENRIQUE VALERIO DE OLIVEIRA.

Uma vez retificado, a Coordenadoria de Processo Originários deverá fazer a inclusão com o CPF constante à fl. 46, em obediência à Resolução n. 46/2007 do

Conselho Nacional de Justiça.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência